

**Golden Actives – Sociedade
Gestora de Participações Sociais,
S.A.**

**Demonstrações financeiras
consolidadas em
31 de Dezembro de 2010
acompanhadas da
Certificação Legal das Contas**

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

GOLDEN ACTIVES - SGPS, S.A.

INTRODUÇÃO

No cumprimento das disposições legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório de Gestão da actividade Consolidada da Golden Actives - SGPS, S.A. (Golden Actives), bem como, as respectivas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

ENVOLVENTE MACROECONÓMICA

Macroeconomia

Em 2010 os mercados financeiros foram constantemente assombrados pelos problemas no mercado de dívida soberana e pelas tensões no mercado cambial. Contudo, a nível macroeconómico os sinais foram sendo cada vez mais optimistas, embora revelassem algumas preocupações quanto às medidas que foram implementadas pelas diferentes instituições internacionais.

A constante procura de matérias-primas pelas economias emergentes sustentou em alta as *commodities* (petróleo, cobre a prata) e o dólar australiano (esta divisa está intimamente relacionada com a evolução dos metais). Os mercados accionistas continuaram a beneficiar directamente dos programas de injeções de liquidez pelos bancos centrais. Contudo, o sector financeiro continuou a ser vítima do processo de desalavancagem das economias. As guerras comerciais entre as maiores potências mundiais e as pressões inflacionistas das economias influenciaram fortemente os mercados financeiros.

No decurso do ano de 2010, várias agências de *rating* cortaram a notação dos países da periferia da Zona Euro. Estes países sentiram de imediato dificuldades no acesso ao crédito no mercado interbancário, tendo aumentado a sua dependência em relação aos financiamentos do Banco Central Europeu. O Eurogrupo e o Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovaram planos de resgate à Grécia e Irlanda, após estes terem concretizado um pedido de ajuda internacional. O empréstimo à Grécia é no montante 110 mil milhões de euros e o da Irlanda de 85 mil milhões de euros.

Mercado de Capitais

No segmento accionistas destaque para os ganhos em *Wall Street* e Alemanha (o motor exportador da economia europeia). Os principais índices americanos registaram ganhos significativos no decurso do ano, retirando sustentação no programa de compras de activos pela Reserva Federal Americana. Estes ganhos acentuaram-se nos últimos meses do ano, impulsionados pelas melhorias observadas nos dados macroeconómicos. Nos EUA, o *S&P 500* subiu 12,8% e o *Nasdaq Composite* ganhou 16,9% e o *Dow Jones* amealhou 11,02%. Na Europa, o *DAX* subiu 16,1%, o *IBEX* cedeu 17,43% e o *CAC* -3,3%.

O *PSI 20* terminou o ano de 2010 com uma perda de 10,3%. O resgate da Grécia, na primeira metade de 2010, lançou as dúvidas entre os investidores quanto à capacidade de Portugal honrar as suas dívidas nos mercados internacionais. A subida dos juros da dívida pública e a fuga dos investidores estrangeiros do mercado nacional penalizaram fortemente o *PSI 20*. Em termos de desempenho anual, a Jerónimo Martins valorizou 65,5% e a Galp somou 18,7%. Pela negativa, destaque para as perdas superiores a 30% do BES, BPI e BCP. A Mota Engil (-55,74%) e a Inapa (-41,41%) lideraram as quedas.

No segmento obrigacionista, nos EUA as obrigações do Estado Americano a 10 anos cotavam com um *yield* de 3,29% no final de 2010 versus 3,84% no final de 2009. Por sua vez, as

obrigações do Estado Alemão a 10 anos cotavam com um *yield* de 2,96% no final de 2010 versus 3,38% no final de 2009.

No mercado cambial, o plano de resgate à Grécia e à Irlanda afectou significativamente a confiança na moeda única europeia. No ano de 2010 o euro (EUR) depreciou 6,9% face ao dólar Americano (USD). A divisa Australiana (AUD) que está intimamente relacionada com a evolução dos metais registou uma apreciação de 13% face ao USD e de 19% face ao EUR.

Foi um ano extraordinário para a maioria das *commodities*. A prata foi um dos activos vencedores, com um ganho anual de 83%. O ouro registou no ano uma valorização próxima dos 30%, sendo o maior ganho anual desde 2007. O cobre beneficiou da procura por parte dos países emergentes e de sinais de retoma das economias, fechando o ano próximo de máximos recorde e com uma valorização de 30,7%. O petróleo fechou o ano de 2010 com um ganho de 14%, impulsionado sobretudo por um aumento na procura, por um Inverno rigoroso e pela descida dos inventários. A maioria dos cereais beneficiou da alteração dos padrões de clima. O trigo registou um ganho de 46%, após dois anos consecutivos de perda. O tempo quente afectou a colheita de inverno nos EUA, enquanto as chuvas excessivas prejudicaram a qualidade da colheita na Austrália.

ACTIVIDADE

A Sociedade manteve as participações que detinha nas sociedades financeiras, a saber: a Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (5% do capital social) e a Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (100% do capital social).

No que toca à actividade da Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. (Golden Broker), cumpre dar nota do seguinte:

Durante o ano de 2010, a Golden Broker manteve a sua política de cobertura da totalidade do território de Portugal Continental através de Agência, tendo, ao mesmo tempo, iniciado o processo de reforço da presença em Espanha, através da apresentação do correspondente pedido de criação de uma Sucursal.

A actividade da Golden Broker desenvolveu-se durante o ano de 2010 de forma positiva, com as comissões cobradas a registarem uma ligeira quebra de 3%, mas o produto bancário subiu cerca de 17%. Apesar disso, com o aumento dos custos relativamente a 2009, a Golden Broker, obteve um resultado líquido positivo de 352.059,91 €, atingindo um resultado por acção, em 2010, de 5,03 € comparativamente aos 5,84 € do ano anterior.

Quanto aos serviços prestados, em especial na gestão de carteiras, em finais de 2010, foi desenhada e desenvolvida uma estratégia de investimento, denominada *Golden Ideas Selection (GIS)*, para ser implementada e disponibilizada aos clientes a partir do início de 2011).

No que toca ao *Compliance* e Controlo de Risco, continuou a política de desenvolvimento e implementação de novos sistemas e procedimentos de controlo da actividade levada a cabo pela Sociedade (descritos no Manual de Procedimentos para o efeito elaborado, e objecto de actualização, com vista a dar cumprimento às novas exigências legais e regulamentares).

Mais foi decidido reforçar o Departamento Comercial e o de Marketing e Comunicação da Sociedade tendo em vista o alargamento da capacidade de angariação, acompanhamento e divulgação da marca.

Cumpre, ainda, salientar o aumento qualitativo ocorrido ao nível das tecnologias de informação (IT), que passou, nomeadamente, pelo reforço dos serviços contratados.

Mantendo a opção que tem vindo a ser adoptada, e tendo em vista sedimentar o conhecimento acerca do modo como a Golden Broker, se organiza, as regras que regem a sua actividade e, bem assim, os serviços prestados foram realizadas sessões de formação interna, tendo por objecto,

nomeadamente, o regime fiscal dos instrumentos financeiros e de prevenção de branqueamento de capitais, destinadas a todos os colaboradores da Sociedade.

Ainda durante o ano de 2010, cumpre dar nota da manutenção do peso dos clientes profissionais/institucionais no volume de negociação efectuado através da Golden Broker, da estruturação e sedimentação da área de consultoria (com o alargamento dos serviços e dos produtos disponibilizados) e, bem assim, dos ajustamentos que foram introduzidos no Preçário dos serviços prestados.

Como consequência do acima exposto, os resultados líquidos consolidados foram positivos no montante de 342.073 €.

PERSPECTIVAS

Prevê-se que durante o ano de 2011, os resultados consolidados do Grupo continuem a ser positivos – fruto da actividade e resultados das Sociedades participadas, em especial da Golden Broker.

Todos os esforços no ano de 2011 continuarão a ser desenvolvidos no sentido de se reforçar a visibilidade da Golden Broker no mercado em que opera, nomeadamente, através do alargamento da base de Clientes decorrendo das premissas acima expostas, do aumento do leque de instrumentos financeiros disponibilizados, do reforço das plataformas de negociação, do reforço dos serviços de investimento prestados e, ainda, da crescente capacidade de captação de Clientes.

Ao mesmo tempo, e com o propósito de reforçar o nível qualitativo dos serviços prestados, antevê-se uma sedimentação dos procedimentos de *Compliance* e Controlo do Risco. A qualidade de serviços será ainda beneficiada pela aposta que se manterá na formação de todos os colaboradores da Sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração deseja expressar o seu agradecimento a todos aqueles que colaboraram no desenvolvimento da sociedade, pela forma empenhada e profissional como corresponderam ao esforço que lhes foi solicitado:

Às instituições financeiras que nos apoiaram,

Ao Fiscal Único pelo apoio manifestado e interesse demonstrado,

Ao Banco de Portugal pelos esclarecimentos recebidos.

Porto, 11 de Março de 2011

O Conselho de Administração



Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira

Presidente



Alfredo Manuel Pinto Menezes

Vogal



António Pedro Marques Gonçalves de Jesus Azevedo

Vogal



ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Em cumprimento do estabelecido no Art. 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que os membros dos órgãos de Administração são titulares das seguintes acções da Sociedade e que não efectuaram qualquer transacção durante o exercício de 2010:

	N.º ACÇÕES 31-12-2009	AUMENTOS		ALIENAÇÕES	N.º ACÇÕES 31-12-2010
		Aumento Capital	Aquisições		
Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira	56.000	0	0	0	56.000
Alfredo Manuel Pinto Menezes	2.000	0	0	0	2.000

Os órgãos de Fiscalização não são titulares de quaisquer acções da Sociedade.

2. Para efeitos e nos termos do disposto no número quatro do Art. 448º do Código das Sociedades Comerciais, à data de encerramento do exercício de 2010, é a seguinte a posição accionista:

ACCIONISTA	N.º ACÇÕES	% PARTICIPAÇÃO
Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira	56.000	56,00%
Joaquim Pedro Almeida da Costa	10.010	10,01%
Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho	10.000	10,00%
Vasco Alexandre Marques de Freitas	10.000	10,00%
Nuno da Silva Vilaça de Freitas	10.000	10,00%

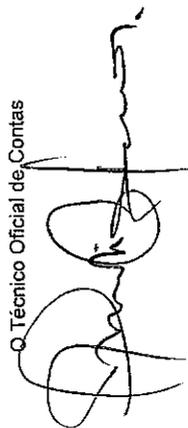
GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

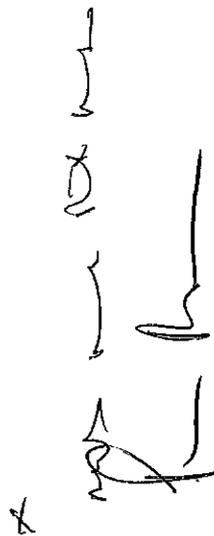
	2010		2009		Notas
	Valor antes de imparidades e amortizações	Imparidades e amortizações	Valor líquido	Valor líquido	
ACTIVO					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.112	-	1.112	1.000	
Disponibilidades em outras instituições de crédito	18.640.904	-	18.640.904	17.599.462	3
Aplicações em instituições de crédito	837.960	-	837.960	1.054.400	4
Activos financeiros disponíveis para venda	618.132	-	618.132	118.391	5
Outros activos tangíveis	479.228	(272.200)	207.028	64.894	6
Activos intangíveis	103.759	(101.137)	2.622	14.266	6
Activos por impostos correntes	-	-	-	30.620	7
Outros activos	2.313.251	-	2.313.251	2.988.282	8
Total do Activo	22.994.346	(373.337)	22.621.009	21.871.335	
RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS					
Responsabilidades por serviços prestados			36.880.622	29.423.726	25
Sistema de indemnização aos investidores			22.250	14.389	25
PASSIVO					
Passivos por impostos correntes			15.357	-	7
Outros passivos subordinados			160.000	160.000	9
Outros passivos			20.734.613	20.313.657	8
Total do Passivo			20.909.970	20.473.657	
CAPITAIS PRÓPRIOS					
Capital			500.000	500.000	10
Outros instrumentos de capital			5.000	5.000	11
Reservas de reavaliação de justo valor			(6.106)	(2.496)	12
Outras reservas e resultados transitados			870.072	493.333	12
Resultado consolidado do exercício			342.073	401.841	
Total dos Capitais Próprios			1.711.039	1.397.678	
Total do Passivo e Capitais Próprios			22.621.009	21.871.335	

As notas anexas fazem parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração

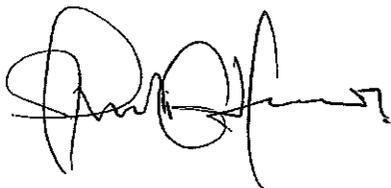


GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009
 (Montantes expressos em Euros)

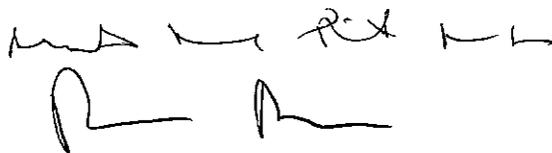
	Notas	2010	2009
Juros e rendimentos similares	13	68.829	75.934
Juros e encargos similares	13	(17.486)	(1.125)
Margem financeira		<u>51.343</u>	<u>74.809</u>
Rendimentos de serviços e comissões	14 e 15	5.381.074	5.546.679
Encargos com serviços e comissões	16	(3.384.638)	(3.893.635)
Resultados de reavaliação cambial		(397)	(1.409)
Outros resultados de exploração	17	(127.968)	(85.883)
Produto bancário		<u>1.919.414</u>	<u>1.640.561</u>
Custos com o pessoal	18 e 19	(439.988)	(338.303)
Gastos gerais administrativos	20 e 21	(914.748)	(708.777)
Amortizações do exercício	6	(79.960)	(49.931)
Resultado antes de impostos		<u>484.718</u>	<u>543.550</u>
Impostos			
Correntes	7	(142.645)	(141.709)
Resultado consolidado após imposto		<u>342.073</u>	<u>401.841</u>
Resultado por acção			
Básico	22	3,42	4,02
Diluído	22	3,42	4,02

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos resultados para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

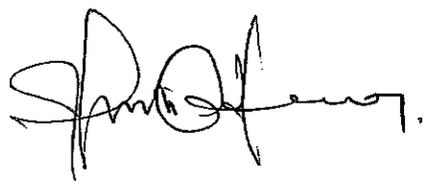
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RENDIMENTO INTEGRAL
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

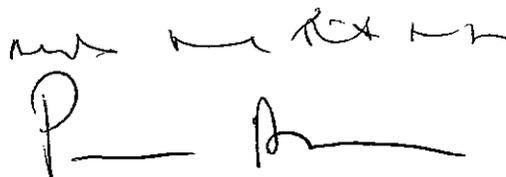
	<u>Notas</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Resultado líquido consolidado do exercício		342.073	401.841
Valorização dos activos financeiros disponíveis para venda		(3.709)	(1.989)
Total do rendimento integral consolidado do exercício		<u>338.364</u>	<u>399.852</u>

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração do rendimento integral.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



GOLDENACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

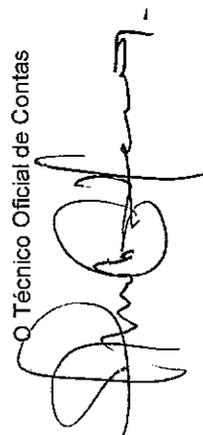
(Montantes expressos em Euros)

Nota	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de reavaliação de justo valor	Outras reservas e resultados transitados	Resultado consolidado do exercício	Total dos Capitais Próprios
Saldo em 31 de Dezembro de 2008	500.000	5.000	(507)	(67.200)	595.533	1.032.826
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	(1.989)	-	-	(1.989)
Aplicação do resultado do exercício de 2008:						
Transferência para outras reservas e resultados transitados	-	-	-	595.533	(595.533)	-
Distribuição de gratificações	-	-	-	(35.000)	-	(35.000)
Resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009	-	-	-	-	401.841	401.841
Saldo em 31 de Dezembro de 2009	500.000	5.000	(2.496)	493.333	401.841	1.397.678
Valorização de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	(3.709)	-	-	(3.709)
Aplicação do resultado do exercício de 2009:						
Transferência para outras reservas e resultados transitados	-	-	-	401.841	(401.841)	-
Distribuição de gratificações	-	-	-	(25.000)	-	(25.000)
Outras variações	-	-	99	(102)	-	(3)
Resultado consolidado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010	-	-	-	-	342.073	342.073
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	500.000	5.000	(6.106)	870.072	342.073	1.711.039

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração




GOLDEN ACTIVES - SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONS. DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

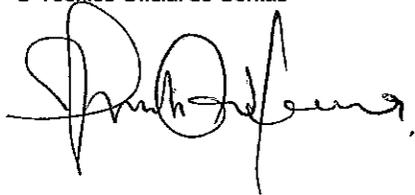
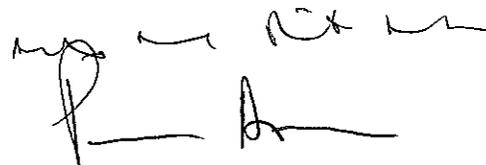
(Montantes expressos em Euros)

	2010	2009
Actividades Operacionais:		
Juros, comissões e rendimentos recebidos	5.445.103	5.618.257
Juros, comissões e encargos similares pagos	(3.400.323)	(3.898.292)
Pagamentos ao pessoal	(398.850)	(322.332)
Recebimentos/ (Pagamentos) de impostos sobre o rendimento	(162.851)	(50.971)
Resultados de reavaliação cambial	(397)	(1.409)
Outros recebimentos e pagamentos de exploração	(1.045.185)	(784.817)
Fluxo líquido proveniente dos proventos e custos operacionais	437.497	560.436
Diminuições (aumentos) em:		
Activos financeiros detidos para venda	(500.639)	519.605
Outros activos	(106.217)	(390.855)
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais	(606.856)	128.750
Aumentos (diminuições) em:		
Outros passivos	137.377	(86.370)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais	137.377	(86.370)
Fluxos das actividades operacionais (1)	(31.982)	602.816
Actividades de Investimento:		
Diminuições (aumentos) de activos intangíveis	(996)	(40.979)
Diminuições (aumentos) de outros activos tangíveis	(209.434)	(5.874)
Fluxos das actividades de investimento (2)	(210.430)	(46.853)
Actividades de Financiamento:		
Fluxos das actividades de financiamento (3)	-	-
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)	(242.412)	555.963
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	1.322.902	766.939
Caixa e seus equivalentes no final do exercício	1.080.490	1.322.902

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

2. DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A discriminação de caixa e seus equivalentes, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidades constantes do balanço consolidado naquela data, apresenta-se da seguinte forma:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.112	1.000
Disponibilidades da Sociedade em outras instituições de crédito	261.378	321.902
Aplicações da Sociedade em instituições de crédito	818.000	1.000.000
	-----	-----
Caixa e seus equivalentes	1.080.490	1.322.902
	-----	-----
Disponibilidades de terceiros em outras instituições de crédito	18.379.526	17.277.560
Aplicações de terceiros em instituições de crédito	19.960	54.400
	-----	-----
Disponibilidades constantes do balanço	19.479.976	18.654.862
	=====	=====

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os montantes de 18.379.526 Euros e 17.277.560 Euros, respectivamente, referem-se às "Disponibilidades de terceiros" incluídas na rubrica "Disponibilidades em outras instituições de crédito", mas utilizadas pela Sociedade para realização de operações por conta dos seus clientes (Nota 3 do Anexo às demonstrações financeiras).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os montantes de 19.960 Euros e 54.400 Euros referem-se às "Aplicações de terceiros" incluídas na rubrica "Aplicações em instituições de crédito", mas utilizadas pela Sociedade para realização de operações por conta dos seus clientes (Nota 4 do Anexo às demonstrações financeiras).

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

NOTA INTRODUTÓRIA

A Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. ("Sociedade" ou "Golden Actives"), foi constituída através de escritura pública celebrada em 25 de Outubro de 2006 tendo como objecto a gestão de participações em outras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

Durante o exercício de 2006, a Sociedade adquiriu participações financeiras correspondentes a 100% do capital da sociedade Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A. e 5% do capital da sociedade Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.. Consequentemente, em 31 de Dezembro de 2010 a Sociedade é a empresa mãe do Grupo Golden Actives ("Grupo"), o qual é constituído por si e pela Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A., sediada no Porto, constituída em Abril de 2003, e que tem como actividades principais a corretagem e a gestão de patrimónios. Esta sociedade, detida a 100% pela Golden Actives, foi incluída na consolidação pelo método de integração global.

BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações com base nos registos contabilísticos da Sociedade e da sua filial e foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ou "*International Accounting Standards*" / "*International Financial Reporting Standards*" ("IAS / IFRS"), adoptadas pela União Europeia, conforme estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional através do Aviso do Banco de Portugal n.º 1 / 2005, de 21 de Fevereiro.

Durante o exercício de 2010, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às apresentadas nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões aprovadas ("endorsed") pela União Europeia são aplicáveis pela primeira vez a partir do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas (revisão de 2008)	1-Jul-09	Esta revisão vem trazer algumas alterações ao nível do registo de concentrações de actividades empresariais, nomeadamente no que diz respeito: (a) à mensuração dos interesses sem controlo (anteriormente designados interesses minoritários); (b) ao reconhecimento e mensuração subsequente de pagamentos contingentes; (c) ao tratamento dos custos directos relacionados com a concentração; (d) ao registo de transacções de compra de interesses em entidades já controladas e de transacções de venda de interesses sem que de tal resulte a perda de controlo e (e) ao cálculo do resultado na venda de participação com perda de controlo e necessidade de remensuração dos interesses retidos na participação alienada.
IAS 28 (revisão de 2008) Investimentos em associadas	1 – Jul-09	Os princípios descritos acima e adoptados para a IAS 27 (2008) relativamente ao apuramento do resultado da venda são alargados à IAS 28.
Revisões da IFRS 1 – Adopção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro	1-Jan-10	Esta norma foi revista no sentido de agrupar as várias emendas que foram ocorrendo desde a sua primeira versão.

GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IFRS 1 – Emendas (Isenções adicionais)	1-Jan-10	Esta emenda vem contemplar um conjunto adicional de isenções na aplicação retrospectiva, nomeadamente ao nível de activos resultantes da exploração de recursos minerais, de responsabilidades de descomissionamento e da aplicação dos requisitos da IFRIC 4.
IFRS 2 – Emenda (Transacções de pagamentos com base em acções entre entidades do mesmo grupo)	1-Jan-10	Esta emenda vem clarificar alguns aspectos relacionados com pagamentos com base em acções liquidados financeiramente no seio de grupos empresariais.
IFRIC 12 – Acordos de concessão de serviços	1-Jan-10	Esta interpretação vem introduzir regras de reconhecimento e mensuração por parte do operador privado envolvido na prestação de serviços de construção de infraestruturas e de operação no âmbito de concessões do tipo público-para-privado.
IFRIC 15 – Acordos para a construção de imóveis	1-Jan-10	Esta interpretação vem abordar a forma para avaliar se um acordo de construção de um imóvel está no âmbito da IAS 11 – Contratos de construção ou no âmbito da IAS 18 – Rêdito e como o correspondente rêdito deve ser reconhecido.
IFRIC 16 – Coberturas de um investimento líquido numa unidade operacional estrangeira	1-Jul-09	Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilidade de cobertura de investimentos líquidos em operações estrangeiras.
IFRIC 17 – Distribuições aos proprietários de activos que não são caixa	1-Jul-09	Esta interpretação propicia orientação sobre a correcta contabilização de activos que não caixa distribuídos aos accionistas como dividendos.
IFRIC 18 – Transferências de activos provenientes de clientes	1-Jul-09	Esta interpretação propicia orientação sobre a contabilização pelos operadores de activos fixos tangíveis “dos clientes”.
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro – 2009	Várias (usualmente 1-Jan-10)	Este processo envolveu a revisão de 12 normas contabilísticas.
Alterações à IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração – Instrumentos: Itens Cobertos Elegíveis	1-Jul-09	Clarifica a aplicação da contabilidade de cobertura à componente inflação dos instrumentos financeiros e aos contratos de opções, quando utilizados como instrumentos de cobertura.

A adopção e aplicação das normas e interpretações, revisões e emendas acima referidas não produziu efeitos nas demonstrações financeiras anexas.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, mas têm aplicação obrigatória apenas em exercícios económicos futuros:

Norma/Interpretação	Data de eficácia (exercícios iniciados em ou após)	
IAS 24 – Divulgações de partes relacionadas (revisão)	1-Jan-11	Esta revisão vem trazer algumas clarificações relacionadas com as divulgações a efectuar de partes relacionadas, em particular no tocante a entidades ligadas à administração pública.
IFRS 1 – Emenda (Isenção limitada da obrigação de apresentar divulgações comparativas de acordo com a IFRS 7 para os adoptantes pela primeira vez)	1-Jul-10	Esta emenda vem simplificar as obrigações de divulgação de comparativos relativamente a instrumentos financeiros na adopção pela primeira vez das IFRS.
IAS 32 – Emenda (Classificação das emissões de direitos)	1-Fev-10	Esta emenda vem clarificar em que condições os direitos emitidos podem ser classificados como instrumentos de capital próprio.
IFRIC 14 – Emenda (Pré-pagamento de um requisito de financiamento mínimo)	1-Jan-11	Esta emenda vem suprimir uma consequência não intencional decorrente do tratamento de pré-pagamentos de futuras contribuições em circunstâncias em que é aplicável um requisito de financiamento mínimo.
IFRIC 19 – Extinção de passivos financeiros através de instrumentos de capital próprio	1-Jul-10	Esta interpretação vem fornecer orientações sobre a contabilização das transacções em que os termos de um passivo financeiro são renegociados e resultam numa emissão pela entidade de instrumentos de capital próprio em favor de um seu credor com a resultante extinção da totalidade ou de parte desse passivo financeiro.

Estas normas apesar de aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia, não foram adoptadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, em virtude de a sua aplicação não ser ainda obrigatória e a Sociedade ter decidido não as adoptar antecipadamente. Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras, decorrentes da adopção das mesmas.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, foram as seguintes:

1.1. Consolidação de empresas filiais

A Sociedade detém uma participação financeira numa empresa filial. São consideradas empresas filiais aquelas em que a Sociedade detém o controlo ou o poder para gerir as políticas financeiras e operacionais das participadas.

As demonstrações financeiras da empresa filial são consolidadas pelo método da consolidação integral. As transacções e os saldos significativos entre as empresas cujas demonstrações financeiras são objecto de consolidação são eliminados no processo de consolidação.

Quando necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas filiais de modo a assegurar a sua consistência com as políticas contabilísticas adoptadas pelo Grupo.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Nas situações em que as participações financeiras numa empresa filial sejam adquiridas a uma outra empresa detida pelos mesmos accionistas da Sociedade, estamos perante sociedades com controlo comum, não sendo obrigatória a aplicação do IFRS 3 – “Concentrações de actividades empresariais”. Consequentemente, as diferenças de consolidação positivas correspondentes à diferença entre o custo de aquisição (incluindo despesas) e o valor líquido dos activos e passivos da empresa filial na data de aquisição, são registadas na rubrica “Outras reservas e resultados transitados” a deduzir ao valor dos capitais próprios, não procedendo a qualquer imputação do justo valor aos activos, passivos e passivos contingentes adquiridos, mantendo os valores contabilísticos que eram apresentados anteriormente.

O lucro consolidado resulta da agregação dos resultados líquidos das empresas filiais, na proporção da participação efectiva e do período de detenção respectivos, após se efectuarem os ajustamentos de consolidação, designadamente, a eliminação de proveitos e custos gerados em transacções realizadas entre as empresas incluídas no perímetro de consolidação.

1.2. Instrumentos financeiros

Os activos financeiros são registados na data de aquisição pelo respectivo justo valor, acrescido dos custos directamente atribuíveis à transacção, excepto no caso dos instrumentos financeiros cuja mensuração do justo valor seja efectuada através de resultados. Os activos financeiros são classificados no reconhecimento inicial numa das seguintes categorias:

a) Activos financeiros

i) Outros activos – contas a receber

São activos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados num mercado activo, registados nesta categoria no reconhecimento inicial. Esta categoria inclui depósitos bancários e valores a receber pela prestação de serviços (Nota 8).

No reconhecimento inicial estes activos são registados pelo seu justo valor, acrescido de todos os custos incrementais directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes activos são reconhecidos no balanço ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Esta rubrica inclui títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação, bem como acções e prestações suplementares de entidades que não sejam classificadas como empresas filiais ou associadas.

Os activos classificados como disponíveis para venda são mensurados ao justo valor, correspondente ao montante pelo qual um instrumento financeiro pode ser vendido ou liquidado entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado, excepto no caso de instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado ou estimado de forma fiável, permanecendo nesse caso registados ao custo de aquisição.

O justo valor é determinado com base na cotação de fecho na data de balanço, para instrumentos transaccionados em mercados activos.

Os ganhos e perdas resultantes de alterações no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos directamente nos capitais próprios na rubrica “Reserva de reavaliação de justo valor”, excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais de activos monetários, até que o activo seja vendido, momento em que o ganho ou perda anteriormente reconhecido no capital próprio é registado em resultados.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Em caso de evidência objectiva de imparidade, resultante de diminuição significativa ou prolongada do justo valor do título ou de dificuldade financeira do emitente, a perda acumulada na “Reserva de reavaliação de justo valor” é removida do capital próprio e reconhecida nos resultados. As perdas por imparidade registadas em títulos de rendimento fixo podem ser revertidas através de resultados, se houver uma alteração positiva no justo valor do título resultante de um evento ocorrido após a determinação da imparidade.

No caso de títulos para os quais tenha sido reconhecida imparidade, posteriores variações negativas de justo valor são sempre reconhecidas em resultados. Em cada data de referência das demonstrações financeiras é efectuada uma análise sobre a existência de perdas por imparidade em activos financeiros disponíveis para venda.

b) Outros passivos – passivos financeiros

Os passivos financeiros incorridos pela Sociedade são registados na data de contratação ao respectivo justo valor, deduzido de custos directamente atribuíveis à transacção. Subsequentemente, estes passivos são valorizados pelo custo amortizado.

1.3. Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Grupo para o desenvolvimento da sua actividade são contabilisticamente relevados pelo seu custo de aquisição (incluindo custos directamente atribuíveis) deduzido das amortizações acumuladas e perdas de imparidade. Os custos de reparação, manutenção e outras despesas associadas ao seu uso, que não aumentem a vida útil dos activos, são reconhecidos como custo do exercício.

A depreciação dos activos tangíveis é registada numa base sistemática ao longo do período de vida útil estimado do bem, correspondente ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	<u>Anos de vida útil</u>
Obras em imóveis arrendados	10
Mobiliário e equipamento	8
Equipamento informático	4
Instalações interiores	3 a 5
Equipamento de transporte	4
Equipamento de segurança	4
Equipamento de ambiente	5

O património artístico não é objecto de depreciação.

1.4. Activos intangíveis

Os activos intangíveis incluem, fundamentalmente, despesas incorridas com a aquisição de software, sendo amortizados, em duodécimos, pelo método das quotas constantes, ao longo do período de vida útil estimado do bem, o qual em geral, corresponde a um período de três ou quatro anos (no caso de software associado a equipamento informático o mesmo é amortizado durante a vida útil do equipamento que lhe está associado). As despesas com manutenção de software são contabilizadas como custo no exercício em que são incorridas.

1.5. Encargos com serviços e comissões

Os custos inerentes à angariação e fidelização de clientes são integralmente registados na demonstração dos resultados no exercício em que são incorridos.

1.6. Activos e passivos financeiros em moeda estrangeira

Os câmbios utilizados para a conversão em Euros dos activos e passivos incluídos no balanço, na demonstração dos resultados e nas carteiras de activos sob gestão, originariamente expressos em moeda estrangeira, foram os publicados pelo Banco Central Europeu à data de 31 de Dezembro de 2010.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

1.7. Comissões

Os serviços prestados pelo Grupo são remunerados sob a forma de comissões de gestão, de consultoria e de corretagem registadas na rubrica "Rendimentos de serviços e comissões" da demonstração dos resultados.

De acordo com os contratos de gestão, não existe por parte do Grupo qualquer garantia de rentabilidade do capital administrado.

As comissões cobradas pelo Grupo são as seguintes:

- O Grupo auferir uma comissão de execução (corretagem), calculada e cobrada segundo o preçário definido, por cliente, de acordo com os seguintes critérios:
 - Valor da transacção intermediada;
 - Quantidade da transacção intermediada.
- Adicionalmente, o Grupo auferir uma comissão de gestão fixa e uma comissão de gestão variável sobre os patrimónios geridos:
 - a) componente fixa anual, calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s), sobre o valor médio diário da carteira, tendo em consideração as entregas de novos fundos ou levantamentos dos existentes, em numerário ou em valores mobiliários;
 - b) componente variável (performance) a qual é anualmente calculada e cobrada segundo a taxa e a periodicidade indicadas no Anexo ao Contrato de Mandato de Gestão de Carteira(s) em função da rentabilidade anualizada (líquida da componente fixa), ponderada temporalmente pelas entradas e saídas de numerário e valores mobiliários, e incide sobre o capital médio investido na carteira desde o início do ano ou da data de início dos movimentos, quando esta não coincida com o início do ano.

1.8. Rubricas extrapatrimoniais

1.8.1. Actividade de corretagem

Os valores mobiliários de terceiros recebidos em custódia, encontram-se registados pelo seu valor de mercado, ou, tratando-se de valores não cotados cujo justo valor não possa ser mensurado ou estimado de forma fiável, pelo respectivo valor nominal (Nota 25). A liquidez de terceiros encontra-se relevada nas demonstrações financeiras do Grupo.

1.8.2. Actividade de gestão de património

A actividade de gestão contratada de activos encontra-se relevada em rubricas extrapatrimoniais no que respeita a investimentos em títulos (Nota 25). A liquidez de terceiros encontra-se relevada nas demonstrações financeiras do Grupo.

Os activos sob gestão, para além das disponibilidades, incluem unidades de participação em fundos de investimento e acções. As acções são valorizadas de acordo com as respectivas cotações de mercado, e as unidades de participação em fundos de investimento com base nos preços disponibilizados pelas instituições financeiras e/ou pelas respectivas Sociedades Gestoras (Nota 25).

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

1.9. Impostos

O total dos impostos sobre lucros registados em resultados engloba os impostos correntes e os impostos diferidos.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de custos ou proveitos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos.

Os impostos diferidos correspondem ao imposto a recuperar/pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação, utilizada na determinação do lucro tributável.

Os passivos por impostos diferidos são normalmente registados para todas as diferenças temporárias tributáveis, enquanto que os impostos diferidos activos só são registados até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que permitam a utilização das correspondentes diferenças tributárias dedutíveis ou prejuízos fiscais.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se antecipa estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, que correspondem às taxas aprovadas ou substancialmente aprovadas na data de balanço.

Os activos por impostos diferidos só são registados até ao montante em que seja provável a sua recuperabilidade, o qual é determinado com base em projecções de evolução futura do negócio.

1.10. Julgamentos e estimativas

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data de aprovação das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras são descritos nas correspondentes notas anexas.

1.11. Gestão do risco financeiro

A actividade da Sociedade está exposta a uma variedade de riscos financeiros, tais como o risco de taxa de câmbio e o risco de liquidez.

Este conjunto de riscos deriva da incerteza característica dos mercados financeiros, a qual se reflecte na capacidade de projecção de fluxos de caixa e rendibilidades. A política de gestão dos riscos financeiros da Sociedade, subjacente a uma perspectiva de continuidade das operações no longo prazo, procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes dessas incertezas.

i. Risco de taxa de câmbio

A Sociedade transacciona títulos expressos em diversas moedas, estando assim exposta ao risco de taxa de câmbio.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio procura minimizar a volatilidade dos investimentos e operações expressos em moeda externa, contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados da Sociedade a flutuações cambiais.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio advém, maioritariamente, do facto de parte da facturação ser efectuada em moeda estrangeira (USD), a qual regularmente (em função do momento da facturação) é transformada em Euros.

Face à reduzida dimensão dos saldos e transacções em moeda estrangeira não foram efectuadas análises de sensibilidade às variações da taxa de câmbio.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

ii. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes da incapacidade da instituição dispor de fundos líquidos para cumprir as suas obrigações financeiras, à medida que as mesmas se vencem.

A existência de liquidez na Sociedade implica que sejam definidos parâmetros de actuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem um triplo objectivo: (i) Liquidez, isto é, garantir o acesso permanente e da forma mais eficiente a fundos suficientes para fazer face aos pagamentos correntes nas respectivas datas de vencimento, bem como a eventuais solicitações de fundos nos prazos definidos para tal, ainda que não previstos; (ii) Segurança, ou seja, minimizar a probabilidade de incumprimento no reembolso de qualquer aplicação de fundos; e (iii) Eficiência financeira, isto é, garantir que a Sociedade maximiza o valor / minimiza o custo de oportunidade da detenção de liquidez excedentária no curto prazo.

A maturidade das aplicações a realizar deverá coincidir com os pagamentos previstos (ou ser suficientemente líquida, no caso de investimentos em activos, para permitir liquidações urgentes e não programadas), incluindo uma margem para cobrir eventuais erros de previsão. A margem de erro necessária dependerá do grau de confiança na previsão de tesouraria e será determinado pelo negócio. A fiabilidade das previsões de tesouraria é uma variável determinante para calcular os montantes e prazos das operações de tomada de fundos/aplicações no mercado.

iii. Risco de crédito

O risco de crédito resulta maioritariamente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a actividade operacional da Sociedade.

1.12. Rédito e especialização de exercícios

O rédito é reconhecido como segue:

- na actividade de corretagem, o Grupo reconhece o rédito no momento da efectivação das transacções intermediadas;
- na actividade de gestão de patrimónios, o Grupo reconhece o rédito das comissões variáveis e fixas mensalmente, apesar de o seu cálculo ser efectuado de acordo com a rentabilidade anual das carteiras e com o capital médio ponderado, sendo ajustado em conformidade com os valores anuais das mesmas.

As restantes receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. Assim, os custos e proveitos são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (Nota 8).

Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Administração das empresas do Grupo.

1.13. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo das empresas ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, sendo os mesmos objecto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objecto de divulgação.

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo mas unicamente objecto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

1.14. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events") são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço ("non adjusting events"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

2. INVESTIMENTOS

As empresas incluídas na consolidação pelo método integral, respectivas sedes, percentagem efectiva de detenção do capital e actividade desenvolvida em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, são as seguintes:

<u>Denominação social</u>	<u>Sede</u>	<u>Percentagem efectiva de capital</u>	<u>Actividade</u>
Golden Actives – S.G.P.S., S.A. (Empresa-mãe)	Porto		Sociedade gestora de participações sociais
Golden Broker – Sociedade Corretora, S.A.	Porto	100%	Sociedade corretora

3. DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
<u>Disponibilidades de terceiros:</u>		
Banco Espírito Santo, S.A.	14.201.200	14.774.567
Saxo Bank A/S	1.170.220	584.680
BNP	1.139.555	902.366
Banque Privée Edmond de Rothschild Europe, S.A.	670.611	369.293
Caja de Ahorros y Pensiones de Barcelona "La Caixa"	352.833	128.782
Banco HSBC	202.925	189.408
Banco Português de Negócios, S.A.	196.642	65.019
Montepio Geral	91.930	6.105
MF Global	83.616	58.348
Banco Comercial Português, S.A.	81.680	48.442
Caixa Geral de Depósitos, S.A.	81.168	15.924
BCP Cayman	70.338	66.236
Banco BPI, S.A.	17.700	1.000
Banco BEST, S.A.	6.005	6.093
Banco Santander Totta, S.A.	6.000	37.500
L.J. Carregosa, S.A.	2.778	1.220
Finibanco, S.A.	2.314	9.000
Banif Banco Internacional do Funchal, S.A.	2.011	13.577
	<u>18.379.526</u>	<u>17.277.560</u>
<u>Disponibilidades da Sociedade:</u>		
Banco Espírito Santo, S.A.	258.962	319.396
Banco Comercial Português, S.A.	2.416	2.506
	<u>261.378</u>	<u>321.902</u>
	<u>18.640.904</u>	<u>17.599.462</u>

GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

As disponibilidades de terceiros (clientes) registadas no balanço do Grupo não lhes conferem o direito a qualquer remuneração. Do total de disponibilidades de terceiros o montante de 10.926.858 Euros (9.734.201 Euros em 2009) refere-se a depósitos à ordem expressos em dólares (USD) estando a maior parte do remanescente expresso em Euros.

4. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica é constituída por três depósitos a prazo. Dois depósito a prazo próprios, na instituição financeira Banco Espírito Santo, S.A. no montante de 800.000 Euros e 18.000 Euros, os quais vencem juros a taxas de mercado e têm o seu vencimento em Janeiro e Setembro de 2011, respectivamente; e outro de clientes no montante de 19.960 Euros na instituição financeira Banco Espírito Santo, S.A. o qual vence juros a taxas de mercado e tem o seu vencimento em Março de 2011.

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica era constituída por dois depósitos a prazo. Um depósito a prazo próprio, na instituição financeira Banco Espírito Santo, S.A. no montante de 1.000.000 Euros, o qual vencia juros a taxas de mercado e teve o seu vencimento em Janeiro de 2010, e outro de clientes no montante de 54.400 Euros na instituição financeira Banco Espírito Santo, S.A. o qual vencia juros a taxas de mercado e teve o seu vencimento em Fevereiro de 2010.

5. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
<u>Instrumentos de dívida</u>		
Obrigações de emissões públicas nacionais - taxa fixa	14.632	15.891
Obrigações de emissões públicas internacionais - taxa fixa	501.000	-
	<u>515.632</u>	<u>15.891</u>
<u>Instrumentos de capital</u>		
Títulos não cotados de emissores nacionais	96.250	96.250
Prestações suplementares	6.250	6.250
	<u>102.500</u>	<u>102.500</u>
	<u>618.132</u>	<u>118.391</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as obrigações detidas podem ser detalhadas como se segue:

	<u>Quantidade</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor de balanço 31.12.2010</u>	<u>Valor de balanço 31.12.2009</u>
Obrigações do Tesouro – OT 4,375 2007/2014	1.500.000	0,01 Euro	14.632	15.891
Obrigações do Tesouro Alemão – BKO 1,25% 11/2011	50.000.000	0,01 Euro	501.000	-

Em 31 de Dezembro de 2010, as obrigações encontravam-se registadas ao seu justo valor com base na cotação naquela data. O valor de aquisição das OTA-BKO 1,25% 11/2011 foi de 503.450 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as Obrigações do Tesouro – OT 4,375 2007/2014 estavam dadas em garantia para cobertura de responsabilidades potenciais no âmbito do Sistema de Indemnização de Investidores (Nota 25).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, as participações minoritárias em sociedades não cotadas correspondem a uma participação de 5% no capital social da Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. no valor de 102.500 Euros, dos quais 6.250 Euros se referem a prestações suplementares.

Conforme a política definida na Nota 1.2., este investimento encontra-se registado ao seu custo de aquisição, sendo entendimento do Conselho de Administração que o mesmo não excede o seu valor estimado de realização. Em 31 de Dezembro de 2010, a principal informação financeira relativa a este investimento é como segue:

<u>Activo</u>	<u>Capital próprio</u>	<u>Resultado líquido</u>	<u>Total de proveitos</u>
1.705.566	1.097.904	247.799	3.496.489

GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

6. ACTIVOS TANGÍVEIS E ACTIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o movimento ocorrido nas rubricas "Activos tangíveis" e "Activos intangíveis", bem como nas respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

		2010				
		Activo bruto				
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transfe-rências e abates	Saldo final	
Activos tangíveis:						
Obras em imóveis arrendados	83.457	90.478	-	-	173.935	
Mobiliário e equipamento	30.767	420	-	-	31.187	
Equipamento informático	127.820	14.834	-	-	142.454	
Instalações interiores	23.839	6.902	-	-	30.741	
Equipamento de transporte	-	97.000	-	-	97.000	
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865	
Equipamento de ambiente	1.854	-	-	-	1.854	
Património artístico	192	-	-	-	192	
	<u>269.794</u>	<u>209.434</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>479.228</u>	
Activos intangíveis:						
Sistemas de tratamento automático de dados	102.763	996	-	-	103.759	
	<u>102.763</u>	<u>996</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>103.759</u>	
	<u>372.557</u>	<u>210.430</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>582.987</u>	
		2010				
		Amortizações e perdas de imparidade				
Rubricas	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transfe-rências e abates	Saldo final	
Activos tangíveis:						
Obras em imóveis arrendados	57.454	17.394	-	-	74.848	
Mobiliário e equipamento	23.677	1.828	-	-	25.505	
Equipamento informático	95.725	23.993	-	-	119.718	
Instalações interiores	24.748	(217)	-	-	24.531	
Equipamento de transporte	-	24.250	-	-	24.250	
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865	
Equipamento de ambiente	1.431	52	-	-	1.483	
	<u>204.900</u>	<u>67.300</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>272.200</u>	
Activos intangíveis:						
Sistemas de tratamento automático de dados	88.477	12.660	-	-	101.137	
	<u>88.477</u>	<u>12.660</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>101.137</u>	
	<u>293.377</u>	<u>79.960</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>373.337</u>	
		2009				
		Activo bruto				
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	Transfe-rências e abates	Saldo final	
Activos tangíveis:						
Obras em imóveis arrendados	83.457	-	-	-	83.457	
Mobiliário e equipamento	28.727	2.040	-	-	30.767	
Equipamento informático	88.881	38.939	-	-	127.820	
Instalações interiores	23.839	-	-	-	23.839	
Equipamento de segurança	1.865	-	-	-	1.865	
Equipamento de ambiente	1.854	-	-	-	1.854	
Património artístico	192	-	-	-	192	
	<u>228.815</u>	<u>40.979</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>269.794</u>	
Activos intangíveis:						
Sistemas de tratamento automático de dados	86.888	5.875	-	-	102.763	
	<u>86.888</u>	<u>5.875</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>102.763</u>	
	<u>325.703</u>	<u>46.854</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>372.557</u>	

GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

Rubricas	2009				Saldo final
	Saldo inicial	Reforços	Alienações	Transfe-rências e abates	
Activos tangíveis:					
Obras em imóveis arrendados	49.108	8.346	-	-	57.454
Mobiliário e equipamento	17.038	6.638	-	-	23.677
Equipamento informático	76.105	19.620	-	-	95.725
Instalações interiores	24.109	639	-	-	24.748
Equipamento de segurança	1.868	-	-	-	1.865
Equipamento de ambiente	741	689	-	-	1.431
	<u>168.969</u>	<u>35.932</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>204.900</u>
Activos intangíveis:					
Sistemas de tratamento automático de dados	74.478	13.999	-	-	88.477
	<u>74.478</u>	<u>13.999</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>88.477</u>
	<u>243.447</u>	<u>49.931</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>293.377</u>

7. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Sociedade encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (sociedade dominante).

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os activos por impostos correntes são como segue:

	2010	2009
<u>Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:</u>		
Retenções na fonte	-	59
Pagamentos por conta	-	146.807
Pagamento especial por conta	-	25.463
Estimativa de imposto corrente do exercício	-	(141.709)
	<u>-</u>	<u>30.620</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os passivos por impostos correntes são como se segue:

	2010	2009
<u>Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas:</u>		
Retenções na fonte	54	-
Pagamentos por conta	115.340	-
Pagamento especial por conta	11.894	-
Estimativa de imposto corrente do exercício	(142.645)	-
	<u>(15.357)</u>	<u>-</u>

Nos exercícios de 2010 e 2009, a Sociedade e sua filial encontravam-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente derrama, e a taxa de imposto agregada foi de 26,5%.

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de quatro anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) e, deste modo, as declarações fiscais da Sociedade e da sua filial dos anos de 2007 a 2010 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração das Sociedades entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas a Sociedade encontra-se sujeita, adicionalmente, a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efectiva de imposto verificada nos exercícios de 2010 e 2009 pode ser demonstrada como segue:

	2010		2009	
	Taxa	Imposto	Taxa	Imposto
Resultado antes de impostos		484.718		543.550
Imposto apurado com base na taxa nominal	28,5%	128.450	28,5%	144.040
Tributação autónoma		11.999		5.747
Outros		2.126		(8.078)
Imposto apurado com base na taxa efectiva	27,6%	142.645	26,1%	141.709
Do qual:				
- imposto corrente		142.645		141.709

8. OUTROS ACTIVOS E OUTROS PASSIVOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Outros activos" pode ser detalhada como segue:

	2010	2009
<u>Devedores diversos:</u>		
Devedores por operações em derivados - Conta margem	2.088.695	2.915.323
Devedores por operações sobre valores mobiliários - saldos devedores	140.366	45.437
	2.209.061	2.960.760
<u>Rendimentos a receber</u>	18.126	8.030
<u>Despesas com encargo diferido:</u>		
Informação de bancos	51.100	1.212
Rendas	9.000	7.500
Outros	6.864	5.539
	66.964	14.251
<u>Contas a regularizar</u>	5.010	5.241
<u>Outros devedores</u>	14.090	-
	2.313.251	2.988.282

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, a rubrica "Outros passivos" pode ser detalhada como segue:

	2010	2009
<u>Fornecedores e outros credores:</u>		
Credores por operações em derivados - Conta margem	2.088.695	2.915.323
Credores por operações sobre valores mobiliários - saldos credores	18.244.894	17.158.943
Fornecedores c/c	65.454	26.674
	20.379.043	20.100.940
<u>Encargos a pagar:</u>		
Comissões	211.226	138.992
Remunerações	86.236	42.908
Encargos gerais administrativos	16.135	6.203
Outros custos administrativos	-	2.441
	313.597	190.544
<u>Outras exigibilidades - sector público administrativo:</u>		
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares:		
Retenções na fonte	9.723	8.517
Contribuições para a Segurança Social	8.264	5.313
Imposto sobre o valor acrescentado a pagar	21.111	4.066
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas	740	1.865
Imposto do selo	2.135	2.412
	41.973	22.173
	20.734.613	20.313.657

As rubricas "Devedores por operações em derivados – Conta margem" e "Credores por operações em derivados – Conta margem" respeitam aos depósitos obrigatórios de margem efectuados pelo Grupo, relativamente a operações sobre derivados ordenadas pelos seus clientes. Adicionalmente, o Grupo exige dos respectivos clientes a constituição de depósitos de margem obrigatórios de igual montante. Estes montantes não têm maturidade definida.

A rubrica do activo "Devedores por operações sobre valores mobiliários – saldos devedores" no montante de 140.366 Euros corresponde aos saldos de operações já realizadas pelo Grupo por conta dos clientes, mas para as quais a respectiva liquidação financeira ao Grupo, por parte dos clientes, se encontra em mora. Daquele montante cerca de 100.000 Euros foram regularizados no início de 2011. Relativamente aos restantes saldos foram constituídos dois processos judiciais de recuperação de dívidas em 2011 (um processo de 30.000 Euros e outro de 10.000 Euros) de forma a recuperar o valor adiantado aos clientes

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

pela Sociedade nestas operações. O Grupo entende que conseguirá recuperar os valores em causa pelo que não constituiu qualquer ajustamento. Naquele saldo estão incluídas uma conta a receber e uma conta a pagar, de igual montante (118.015 Euros), relativas a um saldo vencido a receber de um cliente que tem evidenciado risco de cobrança e a uma conta a pagar de igual montante a um comissionista, a qual não será exigível enquanto aquele valor não for realizado, ao abrigo de um acordo celebrado em finais de Junho de 2007 entre a Sociedade e o comissionista.

A rubrica do passivo "Credores por operações sobre valores mobiliários" corresponde aos saldos a pagar pelo Grupo aos seus clientes, relativamente aos fundos que estes colocam na mesma e que ainda não foram utilizados na realização de operações sobre valores mobiliários (altura em que serão convertidos em títulos e registados apenas em rubricas extrapatrimoniais).

9. OUTROS PASSIVOS SUBORDINADOS

O saldo da rubrica "Outros passivos subordinados" em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 refere-se a empréstimos subordinados no montante de 160.000 Euros, obtidos junto dos accionistas da Sociedade, os quais não vencem juros, tendo sido celebrados por prazo indeterminado.

10. CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o capital da Sociedade estava representado por 100.000 acções nominativas, com o valor nominal de cinco Euros cada, integralmente subscrito e realizado.

11. OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta rubrica refere-se a prestações suplementares realizadas pelos accionistas da Sociedade, no montante de 5.000 Euros. As prestações suplementares não vencem juros e só poderão ser restituídas aos accionistas se o total do capital próprio da Sociedade não for inferior ao somatório do capital e reserva legal.

12. MOVIMENTOS NO CAPITAL PRÓPRIO

O movimento verificado no exercício nas rubricas de capital próprio é evidenciado na demonstração de alterações do capital próprio.

A legislação vigente para o sector bancário, aplicável à Golden Broker, determina que a reserva legal seja anualmente reforçada em, pelo menos, 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital. A reserva legal só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos acumulados.

A variação registada na rubrica "Reserva de reavaliação de justo valor" no exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 diz respeito à valorização ao justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda (Nota 5).

O valor registado na rubrica "Outras reservas e resultados transitados" inclui 121.588 Euros relativos à diferença entre o custo de aquisição e o valor líquido dos activos e passivos da filial Golden Broker à data da aquisição (Nota 1.1).

13. JUROS E RENDIMENTOS E JUROS E ENCARGOS SIMILARES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas rubricas têm a seguinte composição:

<u>Outros juros e rendimentos similares:</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Depósitos à ordem e a prazo	48.186	59.790
Juros de aplicações em instituições de crédito	15.843	11.788
Outros juros e rendimentos similares	4.800	4.356
	<u>68.829</u>	<u>75.934</u>
<u>Outros juros e encargos similares</u>	<u>(17.486)</u>	<u>(1.125)</u>

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

14. RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2010	2009
<u>Actividade de corretagem:</u>		
Comissões corretagem - fora de bolsa	4.447.180	4.544.400
Comissões de corretagem - bolsa	714.218	969.673
	<u>5.161.398</u>	<u>5.514.073</u>
<u>Actividade de gestão de activos:</u>		
Comissões de gestão	44.426	21.470
Comissões de performance	163.129	9.016
Comissões de consultoria	10.329	-
Outras	1.792	2.120
	<u>5.381.074</u>	<u>5.546.679</u>

15. DISTRIBUIÇÃO DOS PROVEITOS POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

Os proveitos registados nas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram prestados, essencialmente, a clientes sedeados no mercado nacional e espanhol.

16. ENCARGOS COM SERVIÇOS E COMISSÕES

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
<u>Actividade de corretagem:</u>		
Comissões de corretagem	3.262.722	3.817.713
<u>Actividade de gestão de activos:</u>		
Comissões de gestão	67.293	17.427
Serviços bancários	54.623	58.495
	<u>3.384.638</u>	<u>3.893.635</u>

17. OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo desta rubrica refere-se, essencialmente, a imposto sobre o Valor Acrescentado suportado pela subsidiária Golden Broker em virtude da mesma realizar operações que não liquidam aquele imposto, pelo que também não conferem direito à dedução do imposto suportado.

18. CUSTOS COM O PESSOAL

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2010	2009
Remuneração dos órgãos de gestão (Nota 19)	73.500	72.854
Remuneração dos colaboradores	298.326	214.203
Encargos sociais obrigatórios	66.138	50.971
Outros custos com pessoal	2.024	275
	<u>439.988</u>	<u>338.303</u>

O valor de remunerações dos colaboradores inclui um montante de 30.000 Euros relativos a gratificações a liquidar em 2011.

O quadro de pessoal do Grupo, em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, pode ser resumido como segue:

	2010	2009
<u>Com funções administrativas de enquadramento:</u>		
Administradores - Executivos	3	3
Directores	1	1
Pessoal técnico	10	6
Pessoal administrativo	1	1
	<u>15</u>	<u>11</u>

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

19. REMUNERAÇÕES E OUTROS ENCARGOS ATRIBUÍDOS AOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos exercícios de 2010 e 2009, as remunerações e outros encargos correntes atribuídos ao Conselho de Administração ascenderam a 73.500 Euros e 72.854 Euros, respectivamente (Nota 18).

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 podem ser discriminadas como segue:

	<u>2010</u>
Fernando Pereira	45.500
Helena Coelho	14.000
Alfredo Menezes	<u>14.000</u>
	<u>73.500</u>

O Fiscal Único da Sociedade é a Deloitte & Associados, SROC e auferiu, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, uma remuneração de 11.780 Euros relativa a serviços de revisão legal de contas.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não existiam adiantamentos ou créditos concedidos a membros dos órgãos sociais nem compromissos assumidos por sua conta a título de garantia.

Política de Remunerações

Geral

A política de remunerações dos órgãos sociais da Golden Actives tem em vista, entre outros objectivos, contribuir para o alinhamento dos interesses dos administradores com funções executivas com os interesses da Sociedade e para o desincentivo da assunção excessiva de riscos. Este alinhamento assenta, entre outros aspectos:

- no equilíbrio entre as componentes variável e fixa da remuneração dos administradores com funções executivas, a fim de permitir a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração;
- na relação estabelecida entre o valor da remuneração variável e os resultados da Golden Actives.

Componentes da remuneração

A remuneração atribuída aos administradores com funções executivas e aos colaboradores de topo inclui uma componente fixa e uma componente variável que depende do desempenho obtido pela Golden Actives, pelas áreas sob a responsabilidade da pessoa em causa e do seu mérito.

A remuneração variável é por, regra, paga em dinheiro.

O Fiscal Único auferir, exclusivamente, remunerações fixas e, nesse sentido, a sua remuneração não se encontra dependente dos resultados.

Princípios da política de remuneração

A política de remuneração assenta em cinco vectores:

1. Desempenho

As remunerações dos administradores com funções executivas e dos colaboradores de topo estão directamente associados aos níveis de desempenho obtidos:

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

- pela Sociedade Gestora de Participações Sociais;
- pela área de negócio ou de apoio ao negócio à qual a pessoa em causa está associada;
- pelo seu mérito individual.

Os critérios utilizados na aferição do nível de desempenho e do peso relativo de cada uma das áreas atrás referidas variam de acordo com as funções e com o nível de responsabilidade da pessoa em causa.

2. Competitividade

A Golden Actives procura oferecer aos seus administradores com funções executivas e colaboradores pacotes remuneratórios competitivos, tendo em conta a prática do mercado para uma dada área de especialização, nível de responsabilidade e zona geográfica. Ao adoptar esta política, a Golden Actives tem o objectivo de atrair e reter os elementos mais eficazes, mais rendíveis e com maior potencial para a organização.

3. Estratégia

A remuneração atribuída a um determinado colaborador é ainda influenciada pelas necessidades específicas e prioridades estratégicas da Golden Actives, num dado momento, assim como pela importância e singularidade do contributo da pessoa para a organização.

4. Equidade

A prática remuneratória assenta em critérios uniformes, consistentes, justos e equilibrados.

5. Alinhamento com os Accionistas

A estrutura da remuneração e o seu modo de pagamento tende a privilegiar o alinhamento de interesses entre accionistas e administradores com funções executivas e, desse modo, a potenciar a adequada prossecução dos interesses da Sociedade Gestora de Participações Sociais.

20. GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Serviços especializados	315.219	269.762
Publicidade	133.022	125.100
Rendas e alugueres (Nota 21)	130.892	90.727
Comunicações e despesas	126.154	47.628
Deslocações e estadas	50.300	42.997
Rendas de locação operacional	17.843	16.905
Outros	141.318	115.659
	<u>914.748</u>	<u>708.778</u>

GOLDEN ACTIVES – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

V. G. 107.
B

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

21. ENTIDADES RELACIONADAS

Os principais saldos mantidos com outras empresas do grupo Golden Actives e outras entidades relacionadas, nomeadamente empresas do Grupo Golden Assets e suas subsidiárias, grupo esse com uma estrutura accionista idêntica à da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2010 eram os seguintes:

Outros passivos (Credores por operações sobre valores mobiliários)	
Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (contas extrapatrimoniais)	12.816.505

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, as transacções realizadas com outras empresas do Grupo Golden Actives e empresas relacionadas detidas por accionistas comuns foram como segue:

<u>Transacções com a Solid Assets - Gestão Imobiliária e Serviços às Empresas, Unipessoal, Lda.</u>	
Rendas e alugueres (Nota 20)	120.000
Custos com cedência de pessoal	7.500
<u>Transacções com a Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.</u>	
Custos suportados com a cedência de pessoal	36.000
Comissões recebidas	2.900.967
Rendimentos relativos a cedência de pessoal	6.000
<u>Transacções com a GNI Events – Produção de Eventos, S.A.</u>	
Publicidade (Nota 20)	50.000
<u>Transacções com a GARCH - Consultores, Lda.</u>	
Custos com cedência de pessoal	9.000
<u>Transacções com a Algor Systems, SA</u>	
Custos de manutenção de programas de computador	75.000
<u>Transacções com a Atitude Magna - Consulting, SA</u>	
Serviços prestados	12.000

Os principais saldos mantidos com outras empresas do grupo Golden Actives e outras entidades relacionadas, nomeadamente empresas do Grupo Golden Assets e suas subsidiárias, grupo esse com uma estrutura accionista idêntica à da Sociedade, em 31 de Dezembro de 2009 eram os seguintes:

Outros passivos (Credores por operações sobre valores mobiliários)	
Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A. (contas extrapatrimoniais)	13.749.379

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, as transacções realizadas com outras empresas do Grupo Golden Actives e empresas relacionadas detidas por accionistas comuns foram como segue:

<u>Transacções com a Solid Assets - Gestão Imobiliária e Serviços às Empresas, Unipessoal, Lda.</u>	
Rendas e alugueres (Nota 20)	90.000
<u>Transacções com a Golden Assets – Sociedade Gestora de Patrimónios, S.A.</u>	
Custos suportados com a cedência de pessoal	36.000
Comissões recebidas	2.801.616
Rendimentos relativos a cedência de pessoal	6.000
<u>Transacções com a GNI Events – Produção de Eventos, S.A.</u>	
Publicidade (Nota 20)	75.000

22. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009 foram calculados em função dos seguintes montantes:

	2010	2009
Resultado para efeitos do cálculo do resultado por acção líquido e diluído	342.073	401.841
Número médio ponderado de acções para efeitos de cálculo do resultado líquido por acção básico e diluído	100.000	100.000
Resultado por acção:		
Básico	3,42	4,02
Diluído	3,42	4,02

(Montantes expressos em Euros arredondados à unidade)

23. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 21 de Março de 2011. A sua aprovação final está ainda sujeita à concordância da Assembleia-geral de Accionistas.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos subsequentes com impacto relevante nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010.

25. RUBRICAS EXTRAPATRIMONIAIS

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, estas rubricas têm a seguinte composição:

	2010	2009
<u>Compromissos perante terceiros:</u>		
Responsabilidade potencial perante o Sistema de Indemnização aos Investidores	22.250	14.389
<u>Responsabilidades por prestação de serviços</u>		
Depósito e guarda de valores (Nota 1.8.1.)	33.103.045	26.550.599
Valores administrados pela instituição (Nota 1.8.2.)	3.777.577	2.873.127
	<u>36.880.622</u>	<u>29.423.726</u>

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o saldo da rubrica "Responsabilidade potencial para com o Sistema de Indemnizações aos Investidores" corresponde ao compromisso irrevogável que a Golden Broker assumiu, por força da lei aplicável, de entregar àquele sistema, em caso de accionamento deste, os montantes necessários para financiamento da sua quota-parte nas indemnizações que forem devidas aos investidores.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a Sociedade tinha dado em penhor a sua carteira de investimento em Obrigações do Tesouro cujo valor de mercado em 31 de Dezembro de 2010, ascende a 14.632 Euros (Nota 5).

A rubrica "Depósito e guarda de valores" reflecte o saldo dos títulos em custódia, de clientes, entregues à guarda da Golden Broker, os quais são depositados em diversas instituições bancárias (títulos com existência física) e na CVM – Central de Valores Mobiliários (títulos desmaterializados).

Os activos geridos apresentam o seguinte detalhe:

	2010	2009
Fundos de investimento mobiliário	534.258	751.515
Acções	1.895.977	1.402.347
Outros	1.347.342	719.265
	<u>3.777.577</u>	<u>2.873.127</u>

Estes activos são valorizados de acordo com os critérios descritos na Nota 1.8.

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, os "Fundos de investimento mobiliários" são, essencialmente, compostos como segue:

Título	2010			2009		
	Quantidade	Valor unitário	Total	Quantidade	Valor unitário	Total
Harbinger Capital A	360,00	278,84	100.383	360,00	297,11	106.958
Atmosphere Fund Class E	2.125,54	111,73	237.486	-	-	-
Atmosphere Fund Class H	1.668,98	117,67	196.389	-	-	-
Atmosphere Fund Class A	-	-	-	5.957,09	108,20	644.557
			<u>534.258</u>			<u>751.515</u>

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas




RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO CONTAS CONSOLIDADAS

**Aos Accionistas da
Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Sociedade”), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, os quais são da responsabilidade da Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que considerámos adequada, a evolução da actividade da Sociedade, bem como da sua subsidiária, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Sociedade e da sua subsidiária, as informações e os esclarecimentos solicitados.

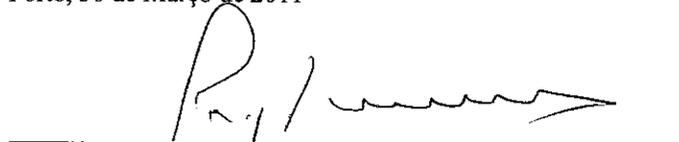
No âmbito das nossas funções, examinámos o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010, as Demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 e os correspondentes Anexos. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório Consolidado de Gestão do exercício de 2010 preparado pelo Conselho de Administração. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas sobre as contas consolidadas, que não inclui reservas nem ênfases.

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, a Sociedade não cumpriu, na íntegra, com o disposto na legislação que rege a sua actividade no que se refere à limitação da concessão de crédito, na medida em que naquela data existiam contas a receber relativas a saldos de operações de títulos realizadas pela Sociedade por conta de clientes para as quais não tinha sido àquela data concretizada a respectiva e integral liquidação financeira. Estas situações encontram-se detalhadas na Nota 8 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

Face ao exposto, somos de opinião que, apesar do descrito no parágrafo anterior, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o Relatório Consolidado de Gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Sociedade e da sua subsidiária, o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 30 de Março de 2011



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

A expressão Deloitte refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matrícula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa

Member of Deloitte Touche Tohmatsu

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (“Sociedade”) e subsidiária, as quais compreendem o Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2010 que evidencia um total de 22.621.009 Euros e capitais próprios de 1.711.039 Euros, incluindo um resultado líquido de 342.073 Euros, as Demonstrações consolidadas dos resultados e do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Sociedade a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras consolidadas.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

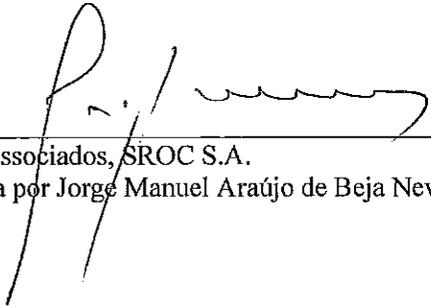
4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Golden Actives – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. e sua subsidiária em 31 de Dezembro de 2010, bem como o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios consolidados e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo nesta data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

Página 2 de 2

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício.

Porto, 30 de Março de 2011



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

ACTAS

ACTA N.º 5

Aos trinta e um dias do mês de Março de dois mil e onze, pelas onze horas, reuniu na sede social sita na Avenida da Boavista, número 2427/2429 (dois mil quatrocentos e vinte e sete/ dois mil quatrocentos e vinte e nove), na cidade do Porto, a Assembleia Geral da GOLDEN ACTIVES - SGPS, S.A., pessoa colectiva e registada na 2ª Secção da 2ª Conservatória do Registo Comercial do Porto com a matrícula número 507.557.514, com o capital social de 500.000 euros (quinhentos mil euros) com a seguinte ordem do dia:_____

Um - Deliberar sobre o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço e Contas do exercício de 2010;_____

Dois - Deliberar sobre o Relatório de Gestão, Balanço e contas, consolidados, do exercício de 2010; _____

Três - Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;_____

Quatro - Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;_____

Cinco - Remunerações dos Órgãos Sociais._____

Encontravam-se presentes accionistas titulares de acções representativas da totalidade do capital social, que assinaram a lista de presenças. _____

A lista de presenças e outros documentos foram arquivados em pasta própria que se deve considerar anexa à presente acta, nos termos do artigo sexagésimo terceiro do Código das Sociedades Comerciais._____

Os trabalhos foram dirigidos pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Dr. Miguel Duarte Gonçalves Brás da Cunha e secretariados pela Dra. Helena Isabel Pinto Lopes Morais Coelho.

O Presidente da Mesa abriu a sessão e declarou que não haviam sido publicados os avisos convocatórios mas, dada a vontade expressa dos accionistas presentes detentores da totalidade do capital social, declarou que se encontravam satisfeitas todas as condições legais e estatutárias necessárias ao regular funcionamento da assembleia, desde que respeitada a ordem do dia supra referida._____

Iniciando a análise do primeiro ponto da ordem do dia, foram postos à discussão o Relatório de Gestão e os demais documentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2010, os quais foram aprovados por unanimidade._____

Passando para o segundo ponto da ordem do dia, foram postos à discussão o Relatório de Gestão e os demais documentos de prestação de contas, consolidados, relativos ao exercício de 2010, os quais foram aprovados por unanimidade._____

O terceiro ponto da ordem do dia foi também apresentado pelo Presidente da Mesa, que leu a seguinte proposta feita pelo Presidente do Conselho de Administração, Dr. Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira: «Propõe-se que os Resultados Líquidos positivos do exercício no valor de 90.012,64 €, tenham a seguinte aplicação: Reserva Legal (5%): 4.500,63 €; Resultados Transitados: 85.512,01 €»._____

ACTAS

Não existindo intenções de intervenção, foi a proposta colocada em votação e aprovada por unanimidade.-----

O Presidente da Mesa declarou aberta a apreciação do quarto ponto da ordem do dia. Solicitou a palavra o Presidente do Conselho de Administração, Dr. Fernando Jorge de Sousa Cruz Pereira, que teceu considerações acerca da evolução geral da economia e expôs os actos de gestão mais relevantes verificados no exercício em análise. O Presidente da Mesa apresentou então a seguinte proposta: -----

«Proponho que seja conferido um voto de louvor aos titulares dos órgãos de administração e fiscalização desta sociedade», a qual foi aprovada por unanimidade.-----

O Presidente colocou, então, à discussão o quarto ponto da ordem do dia. Tomou então a palavra o accionista Joaquim Pedro Almeida Costa, o qual apresentou a seguinte proposta:

«Proponho que seja aprovada a Política de Remunerações constante em documento anexo à presente acta e que dela faz parte integrante».-----

Não existindo intenções de intervenção, foi a proposta colocada em votação e aprovada por unanimidade.-----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente deu esta sessão por encerrada cerca das onze horas e cinquenta minutos, para constar, dela se lavrou a presente acta que depois de lida vai ser assinada pelos membros da Mesa, em sinal de conformidade.-----

A Mesa da Assembleia Geral

O Presidente,



A Secretária,

